



18º CONCURSO PARA ESTÁGIO DE DIREITO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA**, compostas por **trinta** questões objetivas e **duas** questões dissertativas.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS E MEIA**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição da prova subjetiva.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta. O candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta, havendo apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**. Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (www.prdf.mpf.gov.br) no dia 5/10/2013, após às 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Protocolo Administrativo - SECAD, das 09h às 18h.

Brasília, 5 de outubro de 2013

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Quanto aos princípios constitucionais da administração pública, é correto afirmar:

- a) os princípios constitucionais da administração pública não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- b) a vedação ao nepotismo pode ser extraída diretamente dos princípios constitucionais da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade, que são dotados de eficácia imediata.
- c) a vedação ao nepotismo se aplica mesmo ao cargo de natureza política, como o caso de cargo de Secretário de Estado.
- d) em razão do princípio da legalidade, não pode a administração pública declarar a nulidade de seus próprios atos.
- e) os Estados-membros não se encontram sujeitos aos princípios que regem a administração pública, uma vez que o art. 37, caput, da Constituição Federal, tem aplicação apenas à administração pública federal.

2. Sobre o processo de alteração constitucional, é incorreto afirmar:

- a) o Presidente da República tem legitimidade para propor emenda à constituição.
- b) a Constituição poderá ser emendada por proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
- c) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, mas não de estado de defesa e de sítio.

d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma seção legislativa.

e) é possível a alteração das normas de direitos e garantias individuais previstas na Constituição Federal.

3. Quanto às garantias e vedações ao membro do Ministério Público é incorreto afirmar:

a) é garantia do membro do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada a ampla defesa.

b) é garantia do membro do Ministério Público a vitaliciedade após três anos de exercício.

c) é vedado ao membro do Ministério Público, exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo uma de magistério.

d) é vedado ao membro do Ministério Público receber, a qualquer título ou pretexto, auxílio ou contribuição de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

e) é vedado ao membro do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.

4. Quanto às ações declaratórias de constitucionalidade e de inconstitucionalidade (ADI e ADC), é incorreto afirmar:

a) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem legitimidade ampla para propositura da ADI e da ADC.

b) não cabe ADI contra lei ou ato normativo anterior à Constituição.

c) o Procurador-Geral da República será ouvido previamente nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.

d) qualquer partido político tem legitimidade para propositura de ADI e ADC.

e) a ADI e a ADC têm natureza dúplice ou seja, proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

5. Sobre a competência da Justiça Federal, é correto afirmar:

a) compete à Justiça Federal julgar crimes falimentares no caso de crimes praticados quando da falência de instituições financeiras.

b) a Justiça Federal é competente para julgar atos infracionais praticados por crianças e adolescentes, quando praticados contra bens, serviços ou interesses da União.

c) a Justiça Federal é competente para julgar causas entre Estados estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

d) a Justiça Federal é competente para julgar ações propostas contra sociedades de economia mista, quando a União for sócia majoritária.

e) a Justiça Federal é competente para julgar qualquer crime contra o sistema financeiro nacional ou contra a ordem econômica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Assinale a alternativa correta:

a) é vedado aos municípios a constituição de novas pessoas jurídicas de direito público.

b) autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei.

c) a sociedade de economia mista é constituída sob a forma de sociedade anônima, com capital formado exclusivamente por recursos públicos e cujo objeto social é a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público.

d) empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, mas submetida a certas regras de direito público e com capital formado por recursos exclusivamente de pessoas jurídicas de direito público.

e) a exigência de concurso público é obrigatória para o acesso a cargos ou empregos públicos, sendo dispensada sua realização em caso de empresas públicas e sociedades de economia mista.

7. Assinale a alternativa correta:

a) a garantia constitucional de que ninguém será obrigado a deixar de fazer algo senão em virtude de lei assegura ao administrador público ilimitada discricionariedade na escolha dos critérios de conveniência e oportunidade.

b) a anulação do ato administrativo depende da análise dos critérios de conveniência e oportunidade.

c) revogação consiste na supressão de ato legítimo e eficaz realizada pela administração, por considerá-lo inconveniente ao interesse público.

d) a revogação por motivos de oportunidade e conveniência administrativas alcança os atos vinculados e os de efeitos exauridos.

e) quaisquer atos administrativos são passíveis de delegação.

8. Assinale a alternativa correta:

- a) somente organizações sindicais, entidades de classe ou associações legalmente constituídas podem impetrar o Mandado de Segurança Coletivo.
- b) os partidos políticos podem ajuizar a ação popular.
- c) a ação de improbidade administrativa tem como fim precípuo a impugnação de mandato eletivo dos agentes ímprobos.
- d) até o advento da Lei 12.016, os interessados poderiam indistintamente impetrar Mandado de Segurança ou Habeas Data na defesa de seus interesses.
- e) a limitação de prazo para o cidadão socorrer-se do Mandado de Segurança é considerada constitucional.

9. Assinale a alternativa correta:

- a) cabe ao Procurador Geral da República indicar e nomear os procuradores-gerais dos demais ramos do Ministério Público da União.
- b) a grande propriedade rural é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, se for produtiva.
- c) cabe ao Poder Judiciário definir o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- d) somente os bens de uso comum do povo podem ser considerados como bens públicos, sob o ponto de vista legal.
- e) após 20 anos de ocupação mansa e pacífica, os imóveis públicos são adquiridos pelo ocupante por usucapião.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) como exceção à obrigatoriedade de admissão via concurso, a lei pode estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a

necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) as resoluções expedidas pelo plenário das agências reguladoras têm força de lei nos limites do serviço regulado.

c) controle da Administração Pública é composto por meios jurídicos e administrativos através dos quais se exerce a fiscalização e a revisão da atividade administrativa do Poder Executivo, excluídos os atos do Judiciário e do Legislativo.

d) a motivação do ato administrativo discricionário, ainda que expressa, não vincula o agente aos termos em que foi lançada.

e) é inconstitucional a associação sindical de servidores policiais federais.

DIREITO CIVIL

11. Indique a alternativa correta:

a) o direito à liberdade assegura que a pessoa, independentemente de exigência médica, possa dispor do próprio corpo, mesmo quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.

b) o princípio civilista do *pacta sunt servanda* possibilita que se renuncie aos direitos da personalidade ou se limite voluntariamente seu exercício.

c) havendo indicação médica, é lícito impor-se tratamento médico ou intervenção cirúrgica de que resulte risco de vida.

d) é lícita a disposição gratuita *post mortem* do próprio corpo com objetivo científico.

e) o nascituro não possui direitos, nem expectativa de direitos, pois a personalidade civil começa do nascimento com vida.

12. Indique a alternativa correta:

- a) a laicidade do Estado brasileiro impossibilita que as organizações religiosas se tornem pessoas jurídicas.
- b) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- c) a proteção dos direitos da personalidade também é aplicável, no que couber, às pessoas jurídicas.
- d) a existência legal da pessoa jurídica de direito privado tem início na data fixada para esse fim em seu ato constitutivo.
- e) a característica comum das pessoas jurídicas de direito público é a soberania e a vinculação a um território.

13 - Indique a alternativa correta:

- a) na interpretação dos negócios jurídicos, deve-se atender mais à intenção manifestada na declaração de vontade do que ao sentido literal da linguagem.
- b) no sistema do Código Civil, contrariamente ao *common law*, os negócios jurídicos não são interpretados conforme os usos do lugar de sua celebração, mas conforme o disposto no direito positivo.
- c) em razão do princípio da autonomia da vontade, é válido o negócio jurídico cujo motivo determinante seja ilícito.
- d) é nulo o negócio jurídico com vício em razão de erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão.
- e) a violação de direito que cause dano a outrem é ato ilícito, ainda que em razão de omissão involuntária.

14. Indique a alternativa correta:

- a) a decadência não pode jamais ser declarada de ofício pelo juiz, devendo ser alegada pela parte a quem interessar.
- b) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor interrompe a prescrição.

- c) os fatos jurídicos que suspendem a prescrição também suspendem a decadência.
- d) o prazo genérico para a prescrição das pretensões estabelecido no Código Civil é cinco anos.
- e) o fato jurídico da prescrição é um tipo de decadência.

15. Indique a alternativa correta:

- a) a interpretação dos negócios jurídicos conforme a boa-fé é tipo de interpretação não prevista no Código Civil, mas reconhecida pela doutrina e jurisprudência.
- b) considera-se termo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- c) os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- d) benfeitorias úteis são as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- e) se a pessoa natural tiver diversas residências onde alternadamente viva, considerar-se-á domicílio exclusivamente a primeira em que tiver estabelecido residência com ânimo definitivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Na ação de Mandado de Segurança, o Ministério Público:

- a) deve intervir apenas quando há interesse de incapaz.
- b) deve manifestar-se somente acerca das preliminares processuais articuladas pelas partes.
- c) deve manifestar-se apenas sobre o mérito da impetração.
- d) não precisa intervir, por força de lei.
- e) deve manifestar-se sobre as questões processuais e/ou de mérito quando

entender presente interesse público ou social indisponível.

17. No rito da Ação Civil Pública:

- a) o Ministério Público sempre deve intervir como “custos legis” (fiscal da lei).
- b) as pessoas jurídicas de direito público têm de ser intimadas para manifestação sobre o pedido liminar, no prazo de 72 horas.
- c) há sempre uma fase de defesa preliminar, antes do recebimento da petição inicial.
- d) a petição inicial deve estar necessariamente instruída com os autos do inquérito civil previamente instaurado.
- e) não existe possibilidade de produção de prova pericial.

18. No processo civil, os prazos para o Ministério Público:

- a) contam-se em dobro tanto para recorrer quanto para apresentar resposta a recurso.
- b) são todos impróprios, isto é, não encerram qualquer consequência em caso de descumprimento.
- c) contam-se do efetivo recebimento dos autos e não da publicação do ato de intimação.
- d) são passíveis de suspensão, em caso de férias ou afastamento do promotor ou procurador titular do processo.
- e) contam-se do ato de juntada do mandado de intimação aos autos do processo.

19. Quanto à competência, assinale a alternativa correta:

- a) é competente a Justiça Federal para processar e julgar causas de interesse do INSS, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

b) é competente a Justiça Federal de primeira instância para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra o Ministro de Estado da Saúde.

c) é competente a Justiça Estadual para processar e julgar causas relativas à família e ao estado da pessoa.

d) é competente o Tribunal Regional Federal para processar e julgar recurso de Apelação contra decisão proferida por Juizado Especial Federal.

e) não é da competência da Justiça Federal processar e julgar ação de improbidade administrativa ajuizada contra servidor do Ministério da Previdência.

20. Sobre a extinção do processo civil, assinale a alternativa incorreta:

a) extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial.

b) extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.

c) extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o autor desistir da ação.

d) extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

e) extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz considerar ter havido perda superveniente do interesse processual.

DIREITO PENAL

21. Sobre a suspensão condicional do processo, é incorreto afirmar que:

a) é cabível quando o crime tem pena mínima de até um ano.

b) não é cabível em processo por crime cometido com violência ou grave ameaça.

- c) acarreta a extinção da punibilidade, expirado o prazo sem revogação.
- d) durante o período de prova, não corre a prescrição.
- e) deve ser revogada se novo processo penal for iniciado contra o réu durante o seu prazo.

22. Se João pede dinheiro a José a pretexto de influir na decisão de juiz em processo trabalhista, comete o crime de:

- a) corrupção ativa.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) exploração de prestígio.
- e) peculato.

23. Sobre as causas de exclusão da antijuridicidade, é correto afirmar que:

- a) o agente que mata um cachorro que o ataca age em legítima defesa.
- b) o ato causador de lesão corporal na prática esportiva não pode ser considerado exercício regular de direito.
- c) a legítima defesa pode ser própria ou de terceiro.
- d) violação de domicílio para acudir vítimas de desastre constitui exercício regular de direito.
- e) o policial que prende seu vizinho por vingança, sem saber que existe um mandado de prisão contra ele, age no estrito cumprimento do dever legal.

24. Sobre o crime de furto, é incorreto afirmar:

- a) é crime de forma livre.
- b) é crime comum.
- c) é crime instantâneo.
- d) é crime formal.
- e) não admite a modalidade culposa.

25. NÃO é causa de extinção da punibilidade:

- a) o arrependimento posterior.
- b) o indulto.
- c) a prescrição.
- d) a morte do agente.
- e) o perdão judicial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. É competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do seguinte crime :

- a) sonegação de ICMS (imposto instituído por Estados e Distrito Federal).
- b) furto de veículo particular de servidor público do Senado Federal.
- c) estelionato contra o Banco do Brasil S/A.
- d) estelionato contra instituição financeira, para obtenção e empréstimo visando aquisição de veículo automotor (crime contra o sistema financeiro nacional).
- e) pesca, mediante a utilização de petrechos proibidos, em rio de domínio estadual.

27. Nos termos do Código de Processo Penal, o inquérito policial, se o indiciado estiver preso, deverá terminar em:

- a) 10 (dez) dias.
- b) 15 (quinze) dias.
- c) 20 (vinte) dias.
- d) 30 (trinta) dias.
- e) 45 (quarenta e cinco) dias.

28. É competente para o processo e julgamento do crime de manutenção de depósitos no exterior não declarados à repartição federal competente (crime contra o sistema financeiro nacional)

praticado por Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal:

- a) uma das Varas Criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- b) o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- c) uma das Varas Criminais da Seção Judiciária do Distrito Federal (Justiça Federal).
- d) o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- e) o Superior Tribunal de Justiça.

29. A denúncia criminal NÃO precisa conter:

- a) solicitação de diligências adicionais.
- b) indicação das circunstâncias.
- c) qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.
- d) classificação do crime.
- e) exposição do fato criminoso.

30. Não encontra-se prevista no artigo 95 do Código de Processo Penal a seguinte exceção:

- a) suspeição.
- b) incompetência.
- c) prevenção.
- d) ilegitimidade da parte.
- e) coisa julgada.

PROVA SUBJETIVA

1. Discorra sobre a intervenção do Ministério Público no processo civil. Deverão ser abordados, entre outros, os seguintes pontos: fator ou causa determinante para a intervenção do Ministério Público no processo civil, espécies de intervenção do Ministério Público no processo civil e prerrogativas do Ministério Público quando intervém no processo civil.

2) Disserte sobre o conceito e aplicação do princípio da insignificância ou princípio da bagatela no Direito Penal, explicando sua fundamentação e justificando em que e como afeta a imputação penal. Esclareça ainda se cabe a aplicação do princípio a todos os tipos de crimes. Exemplifique.

RASCUNHO

1. Discorra sobre a intervenção do Ministério Público no processo civil. Deverão ser abordados, entre outros, os seguintes pontos: fator ou causa determinante para a intervenção do Ministério Público no processo civil, espécies de intervenção do Ministério Público no processo civil e prerrogativas do Ministério Público quando intervém no processo civil.

1	
5	
10	
15	
20	
25	

RASCUNHO

2) Disserte sobre o conceito e aplicação do princípio da insignificância ou princípio da bagatela no Direito Penal, explicando sua fundamentação e justificando em que e como afeta a imputação penal. Esclareça ainda se cabe a aplicação do princípio a todos os tipos de crimes. Exemplifique.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	